

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMBOL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

# A indecente exploração política da tragédia no RS



**Lula transformou o anúncio do auxílio federal aos gaúchos em ato de campanha e fez do tal ministério extraordinário um palanque político para si e para seu ministro da propaganda**

**E** obscura a função do tal Ministério Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, recém-anunciado pelo presidente Lula da Silva, mas sua motivação é claríssima: ao escolher como titular da pasta o agora ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência Paulo Pimenta, Lula não escondeu que pretende explorar politicamente a tragédia daquele Estado. Para que não restassem dúvidas, o demitido petista transformou o anúncio das medidas num comi-

cio obscuro, em que anunciou até que vai disputar “mais dez eleições”.

A única parte do currículo do sr. Pimenta que o liga à catástrofe do Rio Grande do Sul é sua origem gaúcha, de resto uma qualidade de milhões de outras pessoas, algumas das quais certamente bem mais familiarizadas do que ele com os enormes desafios que ali se apresentam. Mas ele não foi escolhido, é evidente, por seu talento executivo.

Há outros aspectos do currículo do novo ministro extraordinário que explicam melhor seu novo papel de “au-

toridade federal” no Estado. Primeiro, o sr. Pimenta é cotado para ser o candidato petista ao governo do Rio Grande do Sul em 2026, e nada melhor para uma campanha eleitoral antecipada do que ganhar a atenção dos aflitos eleitores gaúchos nos próximos meses.

Em segundo lugar, mas não menos importante, o sr. Pimenta era o responsável pela comunicação do governo, e presume-se que, com esse espírito, o tal ministério extraordinário possa servir para promover a imagem do governo federal. Consta que Lula anda muito contrariado com o fato de que, na sua visão, as ações do governo federal no Rio Grande do Sul não estão sendo devidamente reconhecidas. Logo, nada mais compreensível do que atribuir ao seu notório ministro da propaganda a tarefa de alardear os supostos feitos do Palácio do Planalto neste momento de grande comoção nacional.

O sinal mais evidente de que o espírito da coisa não é bom é o fato de que a criação da tal secretaria extraordinária pegou de surpresa o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB). O tucano disse ter tomado conhecimento da medida por meio da imprensa. Não é desse tipo de picuinha política que os gaúchos precisam neste momento.

Não há dúvida de que reconstruir o Rio Grande do Sul não só demandará sacrifícios ainda desconhecidos, como dependerá fundamentalmente da presença da União. O governo federal, portanto, não só pode, como deve vir em socorro do Estado. Mas, primeiro,

da forma constitucionalmente adequada, vale dizer, respeitando a Federação; e, segundo, utilizando os meios corretos.

Um exemplo dessa ajuda federal na medida certa foi a suspensão da dívida do Rio Grande do Sul com a União pelo prazo de três anos. Trata-se de um alívio fundamental para um Estado que ainda nem sequer tem condições de dimensionar todos os prejuízos causados pelas chuvas. É nesse tipo de ação que Lula deve se concentrar, e não em instilar cizânia política num momento dramático em que os cidadãos clamam pela união de seus governantes.

Há um governador eleito pelos gaúchos no cargo, vale lembrar. Em que pesem as críticas que possam ser feitas ao seu desempenho, é a Eduardo Leite – e ao prefeitos – que cabe liderar as ações de reconstrução do Estado, lidando com o ônus político de governar. Ao governo federal cabe somente apoiar os líderes locais, facilitando a transferência de dinheiro e a mobilização de recursos humanos para o Rio Grande do Sul.

Ajudar não é se intrometer. A criação desse ministério extraordinário – na exata medida dos interesses políticos tanto do presidente como do sr. Pimenta – não pode se travestir de intervenção federal no Estado, menos ainda como intervenção mal disfarçada. Enquanto papéis e responsabilidades não estiverem muito bem definidos, é lícita a inferência de que essa nova pasta não se prestará a outra coisa senão à politicagem em meio à tragédia climática e humanitária. ●

## Lula dá as costas ao clube das democracias

**A entrada na OCDE – o fórum das nações com os melhores índices de liberdade, igualdade e prosperidade – traria ganhos econômicos e geopolíticos ao Brasil. Mas o PT não quer**

**E**m artigo recente no Estado (OCDE: menos ideologia e mais pragmatismo, 14/5/2024), o embaixador Rubens Barbosa fez um apelo por “menos ideologia e mais pragmatismo” a propósito da adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “A questão do Brasil na OCDE tem de ser tratada como estratégia de Estado.” É um modo diplomático de advertir que a aparente decisão de manter o Brasil fora da OCDE não é uma estratégia de Estado, e sim uma estratégia do lulopetismo.

A OCDE é um fórum de políticas públicas baseadas em evidências. O Brasil iniciou seu processo de adesão em 2022. Esse processo implica compromissos em áreas como ambiente regula-

tório, segurança jurídica e governança política, garantias institucionais que conferem um “selo de qualidade” e facilitam acordos internacionais. O Ipea estima que o ingresso agregaria anualmente 0,4% ao PIB.

Barbosa listou ativos geopolíticos: “O Brasil estaria participando e influenciando na definição de políticas econômicas, comerciais, sociais e ambientais que são discutidas e aprovadas no âmbito da OCDE e que são aplicadas internacionalmente, mesmo por países de fora da OCDE”. Num cenário de tensões econômicas e internacionais, o governo “poderia reforçar sua posição como um canal confiável de comunicação e de influência na definição de políticas que poderiam interessar a todos no Sul Global e entre os países desenvolvidos”. O Brasil seria o primeiro membro simulta-

neamente da OCDE e do Brics, e a participação no primeiro bloco compensaria a diluição da influência no segundo após seu alargamento. “As prioridades que o governo brasileiro elegeu para as discussões no G-20 – transição energética, combate à fome e à pobreza e nova governança global – poderiam ganhar o apoio da OCDE”, escreveu o diplomata.

O Brasil está entre as maiores economias do mundo e é a segunda maior democracia do Ocidente. Entre os postulantes, o País já tem os maiores índices de aderência às convenções da OCDE. O ingresso seria natural e acarretaria muitos prós e nenhum contra.

Mas muitos dos bônus para o Estado brasileiro são um ônus para o PT. A adesão implica compromissos de governança sobre o grau de interferência do Estado na economia; isonomia em licitações e compras públicas, para permitir a participação de empresas estrangeiras; ou padrões de controle da taxa de juros, de câmbio e de tributação de capital estrangeiro. Se há um ônus, é para políticos demagogos e empresários clientelistas. Não por coincidência, o governo lulopetista tenta minar marcos recentes que se aproximam dos padrões da OCDE de racionalização e moralização da governança pública, como a autonomia do Banco Central ou as leis das Estatais e das Agências Reguladoras.

Mas além desse “pragmatismo” pe-

culiar, Lula e seus companheiros têm razões ideológicas e até psicológicas para devolver a adesão do Brasil à geladeira onde ficou em todas as gestões petistas. A OCDE é conhecida como o “clube dos ricos”, e de fato é: seus 38 membros respondem por mais de 70% do PIB mundial e 80% do comércio e investimentos. Como se sabe, na mitologia lulopetista “rico” é o opressor.

A própria OCDE, porém, se define como “uma comunidade de nações comprometidas com os valores da democracia baseada no estado de direito e nos direitos humanos, e com a adesão aos princípios de uma economia de mercado transparente e aberta”. Nem todos os membros são ricos. México, Chile, Costa Rica e Colômbia já fazem parte; Peru, Argentina, Indonésia e Tailândia querem fazer. Emergentes podem entrar. Autocracias não, por mais ricas que sejam.

A rigor, trata-se de um clube de democracias liberais, com os melhores índices de liberdade econômica, civil e política. Não por coincidência, são também países mais igualitários, com melhor distribuição de renda e serviços públicos. A riqueza é consequência. Na essência, a OCDE é uma “frente ampla democrática” internacional que tende a reforçar o Estado de Direito e o pluralismo político em seus membros. Talvez seja justamente por isso que o PT tanto resiste à ideia de integrá-la. ●